



CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ

Assessoria Jurídica

Parecer ao Projeto de Lei nº 025/2019

Assunto: Parecer jurídico em Projeto de Lei que altera a redação da Lei Municipal nº 2036/2018, que define atividades insalubres e perigosas no âmbito do quadro de cargos e funções da Administração Municipal.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES VEREADORES:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do chefe do Poder Executivo com o escopo de alterar dispositivos da Lei nº 2036/2018, objetivando revisar os cargos e funções expostos a agentes insalubres ou atividades perigosas no quadro geral de servidores do Município.

A proposta encontra sua justificativa na exposição de motivos anexa ao projeto.

A proposição legislativa em pauta encontra-se em conformidade com os ditames da Lei Orgânica do Municipal.

A iniciativa do referido projeto foi do Chefe do Poder Executivo, consoante o disposto no artigo 61, § 10, da LOM. A matéria veiculada neste projeto de Lei se adéqua corretamente à divisão da Competência Legislativa expressa no artigo 30, inciso I da Constituição Federal.

Assim, a proposta reveste-se de legalidade no que se refere à competência e à iniciativa, que é privativa do Chefe do Executivo.

Por todo o exposto, venho por meio desta, pelos fundamentos já

14/11/2019

A) OPINO pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE da tramitação em atendimento aos preceitos regimentais do processo legislativo.

B) OPINO pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE, na forma do artigo 30, inciso I da Constituição Federal, da Matéria veiculada neste Projeto de Lei.

C) OPINO pela regular tramitação do presente projeto de Lei encaminhando-o as comissões permanentes, cabendo, por fim, ao Egrégio Plenário apreciar o seu mérito.

É o Parecer, s. m. j.

Xangri-Lá, 26 de abril de 2.019.

Rafael Scheffer de Medeiros

Assessor Jurídico

Hamilton de Paula